



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE QUALIDADE AMBIENTAL NA INDÚSTRIA
GERÊNCIA DE SEGURANÇA QUÍMICA
SEPN 505, Bloco B, sala T14
70730-542 – Brasília – DF

Relato Debate Final – Seminário Sobre Gestão da Qualidade do Ar – 21/10/2016

A mesa de debates foi mediada pela Diretora de Qualidade Ambiental na Indústria, Letícia Carvalho, e contou com os seguintes participantes:

Ademilson Zamboni – Instituto Energia e Meio Ambiente – IEMA;
Carlos Bocuhy – Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental – PROAM;
Carmen Araujo – International Council on Clean Transportation – ICCT;
Felipe Bottini – Green Domus Desenvolvimento Sustentável;
Filomena Boavida – Agência Portuguesa do Ambiente - APA;
Mara Oliveira – Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS/OMS
Miguel Coutinho – Instituto do Ambiente e desenvolvimento – IDAD;
Wanderley Baptista – Confederação Nacional da Indústrias – CNI.

Ao início do debate foi concedida a palavra ao representante da PROAM e conselheiro do CONAMA, Carlos Bocuhy, que relatou o início da discussão em São Paulo, sobre o estabelecimento de novos padrões de qualidade do ar, pelo conselho estadual de meio ambiente. Relatou ainda que em SP houve a definição de novos padrões, porém sem o estabelecimento de metas e prazos, o que pode levar ao agravamento de morbidade e mortalidade no estado. Continuou sua fala dizendo que como representante da sociedade civil pede que sejam tomadas medidas efetivas para redução da poluição atmosférica, pois medidas parciais levam a uma falsa sensação de segurança para a sociedade. Em seguida, relatou que a adoção de novos padrões de qualidade do ar nacionais deve ser estabelecida com prazos razoáveis, caso contrário o tema será levado a tribunais para tomada de medidas e que temos no Brasil os mecanismos necessários para chegarmos ao ponto desejável.

Na sequência foi passada a palavra a representante do Instituto Saúde e Sustentabilidade, Evangelina Vormitagg, que se encontrava na plateia do evento. Dra. Evangelina iniciou sua fala parabenizando a organização do seminário e relatou que acompanhou o Ministério Público durante as reuniões do GT do CONAMA, sobre o estabelecimento de novos padrões de qualidade do ar. Continuou dizendo que o prazo proposto, de pelo menos mais quinze anos para se alcançar os valores recomendados pela OMS levaria a um grande número de óbitos e a grandes prejuízos financeiros, pois os efeitos da poluição atmosférica sobre a saúde são enormes, o que torna necessária a adoção de medidas drásticas, nos próximos 5 anos, pois a sociedade não conhece os efeitos sobre sua saúde.

Em seguida o representante da CNI e conselheiro do CONAMA, Wanderley Baptista, afirmou que sua organização reconhece a importância e apoia a atualização dos padrões de qualidade do ar nacionais, mas que também é de extrema importância que a Resolução CONAMA nº 5/89, que estabeleceu o PRONAR, também seja atualizada, pois o estabelecimento de novos padrões somente não resolveria os problemas enfrentados, sendo necessário que não percamos tempo e iniciemos o quanto antes a revisão do PRONAR, pois precisamos rever os instrumentos e elaborar um plano de qualidade do ar mais adequado a realidade brasileira.

Dando continuidade, a Diretora Leticia afirmou que tanto a revisão dos padrões como do PRONAR são estratégicos pois há enorme convergência neste debate, além disso frisou que é preciso que inicie o debate de uma política robusta de qualidade do ar no Brasil e que o MMA, como governo federal deve buscar frutificar esta política, partindo de um consenso. Citou depois que o DQAM irá buscar, junto a Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CTQAGR) do CONAMA, estabelecer cronograma para reformatar e reformular a proposta de revisão dos padrões nacionais, utilizando as discussões já ocorridas no GT e também os resultados deste seminário.

Em seguida, a representante da OPAS/OMS, Mara Oliveira, fez as considerações finais do setor saúde sobre o tema, ressaltando a importância da inclusão da proteção à saúde em todas as políticas, com um processo de integração para a tomada de decisões, visando redução de riscos e maior benefício à saúde humana.

Após, Jesuíno Romano, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), fez uma pergunta para a Diretora Filomena Boavida, sobre o uso das análises de custo/benefício para a revisão padrões de qualidade do ar em Portugal, tendo em vista que, por exemplo, nos EUA esta análise não é utilizada. Filomena respondeu que em Portugal esta análise é feita e que em nível de União Europeia (UE) há também este estudo, com análises de cenários e discussão entre os Países membros, com posterior transposição nacional. Filomena continuou sua análise afirmando que em alguns casos de debate na Comunidade Europeia, como o estabelecimento de tetos de emissão e de medidas para seu alcance em Portugal, para material particulado e a redução de partículas por uso de lareiras para aquecimento doméstico, Portugal teve que defender sua posição, para que as medidas fossem cabíveis, uma vez que há pouco uso deste tipo de aquecimento em Portugal e as medidas previstas não alcançariam os resultados propostos. Em seguida, com relação aos estudos propriamente ditos, afirmou que não há expertise no Governo para realizá-los, sendo necessária a contratação de especialistas para tal.

João Henrique, do Departamento de Apoio ao Conama (DCONAMA) questionou o Sr. Miguel Coutinho a respeito de um item de sua apresentação, que dizia respeito a meta de médio prazo da EU, de redução de 35% das mortes prematuras e de como seria possível estimar esse número. O Sr. Coutinho, relatou que são estudos bastante complexos, mas possíveis de serem feitos, citou como exemplo estudos que relacionam mortalidade com ondas de calor, nos quais são comparados o número de mortes com e sem ondas de calor, sendo possível assim estimar seus impactos diretos sobre o aumento da taxa de mortalidade e que para poluição atmosférica podem ser realizados estudos semelhantes.

Na sequência a Diretora Letícia citou que na UE quando se toma a decisão de que uma agenda ou medida é prioritária todo o sistema se movimenta para incluir esta decisão em suas

atividades. A Diretora Filomena complementou esta afirmação, contando que 2 ou 3 anos antes, do estabelecimento da estratégia para proteção ao ar na UE foi realizada uma enquete, em nível de UE, na que se perguntou aos cidadãos quais agendas ambientais deviam ser priorizadas, tendo como resultado que a agenda de poluição do ar deveria ser priorizada na região.

Após, o representante do IEMA, Ademilson Zamboni, citou que com o constante crescimento das cidades, maior utilização de recursos naturais esta possibilidade de judicialização dos estados não seria uma alternativa interessante, pois traria mais prejuízos que benefícios, além disso afirmou que o estabelecimento de uma tabela de padrões de qualidade do ar não muda em nada a qualidade do ar, pois trata-se apenas de um referencial para gestão. Continuou sua fala defendendo que haja uma nova pactuação para o tema, incluindo o poder municipal na gestão da qualidade do ar, pois grande parte das medidas para o controle nas cidades é de nível municipal, e que não se espere o estabelecimento de novos planos e políticas, pois muitas medidas podem e devem ser tomadas agora, como o incentivo aos órgãos estaduais de meio ambiente.

Em seguida, participante do Ministério da Saúde, Gustavo Souza, compartilhou a informação de que a OMS tem metodologia estabelecida para estudos de mortalidade e que nesta metodologia é definido o conceito de morte prematura, que é a morte que poderia ser evitada antes dos 70 anos.

Após, a palavra foi passada ao Sr. Felipe Bottini, que afirmou que apesar de não ter participado dos debates no CONAMA, conhece a regulação brasileira sobre qualidade do ar e que gostaria de dar duas contribuições fundamentais para a continuidade do debate. Primeiro, que algo que não foi debatido ainda é o estabelecimento de *trade-offs* e incentivos, que ao se estabelecer responsabilização e metas se estaria incentivando o cumprimento das medidas, pois se não houver penalização ao não cumprimento as medidas não serão devidamente implantadas, pois isso é da natureza humana, sendo assim extremamente importante o estabelecimento de metas e prazos. O segundo ponto é que o debate dos padrões é uma negociação complexa, pois o Brasil tem dimensões continentais e uma grande heterogeneidade, com múltiplos interesses e que em casos assim quanto menor a ambição maior a ambição, ou seja, quanto mais simples forem as medidas maior a possibilidade de elas avançarem em todo o País e que há a necessidade de construção de bases comuns, mas que considerem as realidades e capacidades dos estados. Em seguida afirmou que não vê a mesma maturidade na população brasileira, para a definição de prioridades a serem trabalhadas, como no exemplo europeu e que também enxergava que a judicialização afastaria os estados da discussão, sendo mais importante a construção conjunta e aumento da confiança entre as partes envolvidas.

O representante do PROAM, Sr. Carlos Bocuhy, afirmou que a discussão no CONAMA não é balanceada, pois a sociedade civil conta com apenas 9 assentos no Conselho e que esta é uma questão estatutária que precisa ser discutida, e que para real resolução dos problemas é preciso vontade política e capacidade de articulação, tornar a gestão da qualidade do ar prioridade do governo e que a partir do momento em que se definem os prazos se cria a ousadia para cumpri-los. Além disso citou que o sistema atual, outorgando grande parte das responsabilidades aos estados tem levado a uma incompetência concorrente, como na questão do licenciamento ambiental.

Na sequência foi concedida a palavra ao Sr. Miguel Coutinho, que iniciou sua fala parabenizando os organizadores do evento e continuou defendendo a ideia de que além da

discussão dos padrões é necessário dar um destaque a agenda de qualidade do ar como um todo e trouxe como exemplo um estudo de impacto ambiental no qual participou, de construção de uma avenida em Aracaju/SE, que no termo de referência para o estudo não havia qualquer menção a poluição do ar ou sonora, situação incompreensível, pois sabe-se que nestes dois aspectos poderiam haver grandes impactos, mas que ele não sabia se essa falta de priorização dos temas nos licenciamentos era uma situação constante no Brasil.

O Sr. Zamboni pediu a palavra novamente, destacando que alguém tem que liderar as discussões no Brasil e que tem que se discutir a repactuação das responsabilidades, pois é inadmissível que uma cidade como São Paulo, com 22 milhões de habitantes, não possa ter uma rede de monitoramento da qualidade do ar. Citou ainda como exemplo o caso da Bahia, que possui 22 estações de monitoramento operadas pelo setor privado, mas que com a crise atual não tem repassado mais nenhum dado aos OEMA, e que uma possível judicialização seria afastar os OEMAs e colocou o IEMA a disposição para futuras ações. Finalizou sua fala citando que o IEMA está em uma nova frente de trabalho, junto com o estado do Rio de Janeiro, para a elaboração de inventário de fontes fixas no estado, iniciando com as termoelétricas.

Na sequência, a Diretora Letícia afirmou que concorda com a necessidade de liderança no tema e que o MMA irá exercer esta liderança, pois este tema é uma prioridade para o ministério, sendo necessária retomar a discussão dos padrões de qualidade do ar e promover a devida inserção desta agenda nas decisões futuras. Afirmou ainda que o DQAM irá proceder com as medidas necessárias para retomar a discussão sobre a resolução dos padrões de qualidade do ar no CONAMA. Para finalizar, agradeceu ao DCONAMA, pelo apoio na organização do evento, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Delegação da União Europeia no Brasil, coordenadores do Projeto Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil, por possibilitarem a execução da ação sobre gestão da qualidade do ar e a realização deste seminário, aos palestrantes, pelas excelentes apresentações e riquíssimo debate, e também aos demais participantes do seminário.

LUIZ MANDALHO

Relator

Analista Ambiental – Diretoria de Qualidade Ambiental na Indústria